

Relatório do Documento nº 1582

DATA DE IMPRESSÃO 30/01/2017

NÚMERO DE REGISTO 1582

TIPO REGISTO INTERNO

DOCUMENTO Nº

DATA 00/00/0000

REFERÊNCIA

REGISTADO NO DIA 30/01/2017

REMETENTE SERV: CONTRATAÇÃO PÚBLICA

TIPO DE DOCUMENTO INFORMAÇÃO CONTRATAÇÃO PÚBLICA

LIVRO DE REGISTO CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

OBSERVAÇÕES

AGUARDA RESPOSTA

REGISTADO POR sandra

ATUALIZADO POR sandra

ASSUNTO

Escolha e inicio de procedimento

Anexos do documento

Contém 1 anexo(s) do tipo Requisição.Interna / Data: 30/01/2017

Observações: RI 154, comprovativa do cabimento

Contém 1 anexo(s) do tipo Caderno Encargos / Data: 30/01/2017

Observações: -

Contém 1 anexo(s) do tipo Convite / Data: 30/01/2017

Observações: -

Contém 1 anexo(s) do tipo Declaração / Data: 30/01/2017

Observações: -

Detalhes do Original / Outro(s) Destinatário(s)

1. Original

Serv: Gabinete de Apoio à Presidência e Vereação

CLASSIFICAÇÃO 300.10.005 - Transação e transmissão de bens móveis não culturais e contratação de serviços

PROCESSO 2017/300.10.005/138

OBSERVAÇÕES

Movimentos

Movimento (1) no dia 30/01/2017 14:10 para Serv: Chefe da DAF

Movimento efetuado por sandra Func.: 7419 - Sandra Carla Rodrigues Garcia da Silva

Motivo: Sugere-se o envio do presente procedimento para despacho do Sr. Presidente

Movimento (2) efetuado no dia 30/01/2017 15:36 para Serv: Presidente da Câmara

Movimento efetuado por rbarbosa Func.: 18526 - Ricardo Alexandre Ramos Barbosa

Despacho: Concorde com o teor da presente informação. À sua superior consideração.

Autor do despacho: Ricardo Alexandre Ramos Barbosa

Categoria: Chefe de Divisão

Data de despacho: 30/01/2017

Movimento (3) efetuado no dia 30/01/2017 17:12 para Serv: Gabinete de Apoio à Presidência e Vereação

Movimento efetuado por nmascarenhas Pres.: 8151 - Nuno José Gonçalves Mascarenhas

Despacho: Aprovado.

Autor do despacho: Nuno José Gonçalves Mascarenhas

Categoria: Presidente de Câmara

Data de despacho: 30/01/2017

Relatório do Documento nº 1582

DATA DE IMPRESSÃO 30/01/2017

NÚMERO DE REGISTO 1582

Documentos do Processo

Interno em 30/01/2017 n.º 1582

Remetente: Serv.: Contratação Pública

Livro de registo: Câmara Municipal de Sines

Tipo documento: Informação Contratação Pública

Documento nº:

Referência:

Data: 00/00/0000

Interno em 16/01/2017 n.º 775

Remetente: Serv.: Empreitadas de Obras Públicas

Livro de registo: Câmara Municipal de Sines

Tipo documento: Informação

Documento nº:

Referência:

Data: 00/00/0000

INFORMAÇÃO

Registo	Data da Informação	Processo	Serviço emissor
Informação n.º 1582 / 2017	30/01/2017	2017/300.10.005/138	Contratação Pública

ASSUNTO: PROPOSTA PARA ESCOLHA E INÍCIO DE PROCEDIMENTO – AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECOLHA, SEPARAÇÃO, ENCAMINHAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS EM DIFERENTES LOCAIS DO CONCELHO DE SINES – PROCEDIMENTO 2017/300.10.005/138

Exmo. Sr. Presidente,

Contratação: Aquisição de **serviços para recolha, separação, encaminhamento e valorização de resíduos em diferentes locais do concelho de Sines**

Código CPV: 90511000-2 Serviços de recolha de resíduos, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28.11.2007

Procedimento n.º 2017/300.10.005/138 – Ajuste Direto Regime Geral

I – Objeto da Proposta e Fundamentação da necessidade de contratar

De acordo com a informação n.º 775 de 16/01/2017, com origem no serviço de Empreitadas de Obras Públicas, a qual segue em anexo e é parte integrante deste processo, constata-se a necessidade de iniciar um procedimento de contratação que tem como objeto a aquisição de **serviços para recolha, separação, encaminhamento e valorização de resíduos em diferentes locais do concelho de Sines**.

Período previsto para a execução

Para a contratação em causa é proposto um prazo de um ano a contar da data da assinatura do contrato.

II – Valor Contratual e Preço Base

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com a alínea a) do n.º 1 do art.º 47º do CCP, estima-se que o respetivo valor contratual, não deverá exceder o valor de **€ 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando este como parâmetro base do preço contratual.

III – Enquadramento Orçamental

A despesa inerente ao contrato a celebrar será satisfeita pela dotação da classificação orçamental 02/02.02.02 do Orçamento da Câmara Municipal de Sines, para o ano de 2017

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

(Anexo 1 – Cabimento Prévio – Requisição interna n.º 154/2017).

IV - Escolha do Procedimento

Dado que o valor contratual estimado é inferior a € 75.000,00, **propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto**, previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º, ao abrigo do disposto na **alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP**.

V – Decisão de Contratar/Autorização da Despesa

1. Considerando que o regime de contratação pública se encontra estatuído no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
2. Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º e no art.º 38.º do CCP, a decisão de contratar, a autorização da despesa e a escolha do procedimento, cabem ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
3. Considerando o valor previsto para o contrato em causa;
4. Tendo em conta que, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP a escolha do ajuste direto permite a celebração de contratos de valor inferior a € 75.000,00 e, considerando o valor previsto para o contrato de aquisição de bens em causa,
5. **Solicita-se**, ao Sr. Presidente da Câmara, no uso de competência própria, estabelecida no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação:

- a) Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º e no art.º 38.º do CCP, **autorização para a contratação em causa e a adoção de um procedimento de ajuste direto**, previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º adotado em função do disposto na **alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP**.
- b) Nos termos n.º 1 do art.º 113.º CCP **autorização para envio de convite à apresentação de proposta** à empresa Valorsines;

A escolha desta empresa não viola o previsto no n.º 2 e no n.º 5, ambos do art.º 113.º do CCP.

c) Aprovação das peças do procedimento:

- Convite à apresentação de proposta (**Anexo 2**) e;
- Caderno de Encargos/Especificações Técnicas (**Anexo 3**) nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP e para os efeitos previstos no n.º 2 do mesmo artigo.

Considerando que a presente prestação de serviços é relativa a uma aquisição de serviços com o mesmo objeto de contrato vigente em 2016, a mesma está dispensada da autorização prévia prevista n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 42/2016 de 28/12 - Orçamento de

Estado para 2017.

Atento o disposto na alínea a) o n.º8 do artigo 49.º da Lei n.º 42/2016, de 28.12 e considerando que na contratação em causa estamos perante um contrato misto cujo tipo contratual preponderante não seja o da aquisição de serviços ou em que os serviços assumem um carácter acessório para a disponibilização de um bem, a despesa a efetuar encontra-se excluída da aplicação da imposição prevista no n.º 2 do mesmo artigo.

Tendo em conta o regime estatuído no n.º 1 do art.º 67.º do CCP, e uma vez que apenas se vai proceder ao convite de uma só empresa, entende-se que *in casu* não existe a necessidade de se proceder à designação de um júri. Sugere-se que o Chefe do DOMSU Arq. Miguel Falcão, emita parecer técnico sobre a proposta apresentada.

Nos termos do art.º 127.º do CCP a celebração deste contrato deverá ser publicitada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos para que possa produzir os seus efeitos, nomeadamente para processamento do respetivo pagamento.

Considerando o disposto no n.º 2 do art.º 7.º do Decreto – Lei n.º 127/2012, de 21.06, o qual regulamenta a LCPA, nenhum compromisso poderá ser assumido sem a verificação prévia da existência de fundos disponíveis para o fazer. Nesta conformidade, atento o disposto no art.º 76.º do CCP deverá ser assegurada a existência de fundos disponíveis para efeitos de adjudicação.

Os termos da adjudicação serão reduzidos a escrito em data conveniente para as duas partes, no prazo máximo de 5 dias úteis após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.

É quanto cumpre informar, à consideração superior,

O/A Assistente Técnico

Sandra Carla Rodrigues Garcia da Silva (7419)

ANEXOS:

Anexo 1 – Cabimento Prévio – Requisição Interna

Anexo 2 – Convite à apresentação de proposta

Anexo 3 – Caderno de Encargos e respetivos anexos